

## Reivindicando a educação pública para todas as pessoas

Em um mundo que enfrenta fragmentação social, desigualdades prejudiciais e deterioração ambiental, precisamos, mais do que nunca, de uma educação pública de qualidade, transformadora e inclusiva. Enquanto nossos sistemas políticos lutam para resistir à autocracia e promover a democracia, a educação pública gratuita [pode ajudar a criar](#) uma sociedade bem informada com a capacidade de enfrentar esses desafios globais.

A sociedade [apoia a educação pública](#), e [a educação pública funciona](#).

[A educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva é um direito humano](#). Nas últimas décadas, a comunidade global empreendeu um esforço sem precedentes para oferecer educação pública aos dois bilhões de estudantes ao redor do mundo e criar sistemas de aprendizagem adaptáveis e em larga escala. [O Estado tem o dever de fornecer educação pública](#), sendo obrigado a garantir o direito à educação para todas as pessoas. Isso exige que os Estados cumpram e ampliem seu papel central.

Somente os Estados têm a capacidade de lidar com as enormes desigualdades educacionais atuais em termos de gênero, raça/etnia/origem, classe social, deficiência e muitas outras formas de exclusão. Além disso, a concepção de "qualidade" na educação deve ir além da criação de mão de obra e da obtenção de métricas de aprendizado restritas. [A tecnologia educacional não deve substituir os professores e despersonalizar o aprendizado](#), nem [suplantar a educação pública, gratuita e de qualidade oferecida em ambientes escolares](#). Em vez disso, a educação de qualidade deve abordar [objetivos](#) mais amplos [de direitos humanos](#), incluindo o [pleno desenvolvimento da personalidade humana](#), e promover habilidades para que os alunos enfrentem os desafios globais de hoje como cidadãos informados e ativos.

O projeto de garantir oportunidades de educação universal e igualitária está em risco devido ao crescente papel dos atores privados na educação. [Amplas evidências](#) em todos os países mostram que a privatização da e na educação não melhora a qualidade e o acesso, mas diminui a equidade na educação, contrariando a [lei de direitos humanos](#), o [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da ONU](#) e, muitas vezes, a legislação nacional. A [lógica da privatização e mercantilização da educação inclui elementos específicos](#) (padronização, lucratividade, autonomia e desregulamentação) que resultam na exclusão e segregação de determinados alunos, inclusive pessoas com deficiência. Nós nos opomos à privatização da educação porque ela é contrária à visão de igualdade, não apenas para as comunidades de baixa renda e marginalizadas, mas para todas as pessoas, impedindo a coesão social.

A educação pública sofre com um subfinanciamento flagrante. A UNESCO estimou uma [lacuna de financiamento anual de quase US\\$ 100 bilhões](#) na educação em 2023. Os déficits de financiamento decorrem de injustiça fiscal, condicionalidades de ajuda, austeridade e outras questões descritas como ["50 anos de fracasso"](#), marcando meio século de uso de políticas econômicas neoliberais na ajuda internacional e por meio dela. Pedimos que as instituições financeiras internacionais se afastem da austeridade e da dívida e, em vez disso, ofereçam investimentos equitativos em educação. Ao mesmo tempo, nos [opomos ao desvio dos escassos recursos públicos](#) para apoiar atores privados por meio da participação em parcerias público-privadas. [As instituições financeiras internacionais](#) não devem financiar escolas particulares de ensino fundamental e médio.

Ao longo da última década, os membros do Consórcio sobre Privatização da Educação e Direitos Humanos ([PEHRC](#)) trabalharam juntos para promover a compreensão e a implementação do direito

humano à educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade, opor-se à privatização da educação e responsabilizar governos e instituições por suas obrigações de concretizar o direito à educação. Como um grupo de organizações da sociedade civil, o Consórcio refuta a visão da educação como um bem individual dentro de sistemas injustos em que os alunos nascidos em famílias ricas se beneficiam às custas dos alunos nascidos em famílias de baixa renda e em que os provedores de educação obtêm lucros consideráveis em detrimento da educação universal e de alta qualidade para todas as pessoas.

Em vez disso, nós, abaixo assinados, conclamamos os Estados a concretizar o direito humano à educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade para todas as pessoas, durante toda a vida. Acreditamos que o futuro da sociedade humana depende de nosso compromisso coletivo com a educação pública. Nós, as organizações, os movimentos e os indivíduos abaixo assinados, conclamamos a todos, especialmente os Estados, a se protegerem contra a suplantação do interesse público por atores privados e a cumprirem o direito humano à educação pública gratuita, de qualidade e bem financiada pelo poder público.

Especificamente, solicitamos ações em cinco áreas principais:

- 1) **Priorizar o público.** Pedimos a todos os agentes educacionais que priorizem a oferta de educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade para todos. Conforme descrito no [manifesto Nosso Futuro é Público](#), pedimos aos Estados que priorizem o setor público em geral.
- 2) **Financiar de forma robusta a educação pública.** Os governos devem atingir a referência mínima recomendada durante a [Cúpula de Transformação da Educação](#) de alocar 6% do PIB e 20% dos gastos públicos para a educação, a fim de concretizar o direito à educação e os direitos trabalhistas e o bem-estar dos professores, bem como tomar medidas nacionais e globais sobre impostos, dívidas e austeridade, conforme recomendado no [Apelo à Ação sobre Financiamento da TES](#).
- 3) **Parar de financiar a privatização da educação.** Os Estados, as instituições financeiras de desenvolvimento, os investidores, os financiadores e os intermediários devem garantir que seu financiamento não apoie a educação privada, principalmente a comercial/lucrativa. Esses programas geralmente exacerbam a segregação e a discriminação, corroem a educação gratuita, diluem os currículos, não atendem aos padrões mínimos de qualidade e reduzem a gestão democrática. Os fundos públicos devem financiar exclusivamente a educação pública.
- 4) **Regulamentar e fazer cumprir as regulamentações sobre os agentes privados.** Os Estados devem regulamentar os agentes privados, especialmente para evitar conflitos de interesse por parte dos agentes privados que moldam os processos regulatórios que regem suas atividades. Os Estados devem investir na aplicação das leis já existentes e desenvolver novas e fortes regulamentações para proteger o direito à educação.
- 5) **Uma mudança de narrativa.** Apesar de campanhas de relações públicas bem financiadas afirmarem que a privatização da educação resolve problemas que o Estado não consegue resolver, as evidências mostram o contrário. Pedimos uma mudança na narrativa que, em vez disso, destaque os sucessos da educação pública. [A educação pública funciona](#) quando recebe o apoio adequado dos Estados. A sociedade [apoia a educação pública](#) em todo o mundo.

Por favor, assine a declaração e junte-se a nós no processo de defesa para que os Estados realizem todo o potencial da educação pública. Nosso futuro depende disso!

Assine: [Organização](#) Assine: [Indivíduo](#)